

Uma Rua Chamada Direita: Arte e Patrimônio no Rio de Janeiro

João Henrique dos Santos¹

Nathalia Borghi Tourino Marins²

RESUMO

A Rua Direita, atual Rua Primeiro de Março, foi das primeiras ruas a ser abertas na cidade do Rio de Janeiro, marcando a descida dos colonizadores para a várzea. Através de sua história é possível mostrar a transferência do eixo de poder do Morro do Castelo para a Rua Direita e seus arredores, e sua consolidação no fim do período colonial, especialmente após a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808. Para além da história registrada nos documentos impressos, as edificações da Rua Direita, especialmente as igrejas, testemunham não apenas o estabelecimento desse eixo de poder como também a evolução arquitetônica e urbanística da Cidade. As igrejas presentes nessa rua são algumas das mais antigas e importantes da cidade, o que nos leva a um olhar mais aprofundado sobre elas, para mostrar uma boa parte da evolução artística do Rio de Janeiro.

UMA RUA CHAMADA DIREITA

Rua aberta no final do século XVI e, até o presente, uma das mais importantes vias de trânsito e circulação de transeuntes no Centro do Rio de Janeiro, a Rua Primeiro de Março guarda edificações que representam a multissecularidade da história da Cidade. Edifícios cuja tipologia data do período colonial, do período imperial e da história republicana do Brasil convivem em harmonia no mesmo espaço urbano, no qual, ao longo de seu quase 1 km de extensão, observam-se representantes de praticamente todos os estilos arquitetônicos desde a fundação da Cidade, em 1565.

É imprecisa a data da abertura da Rua da Direita³, mas a é possível afirmamos que a sua História confunde-se com a fundação da Cidade do Rio de Janeiro. Pensada e inaugurada sob a égide da construção de ermidas, capelas e igrejas, vindo a ser, em dois momentos e em duas igrejas

¹ Professor do Departamento de História da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ.

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ e Pós-graduanda em História Antiga e Medieval pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro

³ Não houve convergência exata de informações acerca da abertura da Rua Direita entre os autores consultados, podendo dar-se por certo que ela foi aberta entre as duas últimas décadas do século XVI e a primeira do século XVII. Donato Mello Junior afirma que “a ocupação da grande várzea só se daria no decorrer do século XVI, a custa de imenso trabalho braçal, de aterros e desaterros” (Melo Junior, 1988).



diferentes, a rua da Sé da Cidade; primeiramente na Igreja de Santa Cruz dos Militares e, posteriormente, na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, elevada à condição de Catedral da Sé. As duas igrejas que balizavam sua existência, a Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso e o Mosteiro de São Bento, marcam seus extremos, sem estar localizadas na Rua.

Há uma coincidência geográfica, pois assim como aquela, foi aberta naquele trecho “desde o Castelo, até os Morros da Conceição e de São Bento, de um lado, e de Santo Antonio, de outro, situava-se extensa várzea, várzea que se chamou de Nossa Senhora do Ó” (Monteiro, 1985). Foi em torno da pequena ermida de Nossa Sra. do Ó e da igreja e convento dos frades carmelitas que se iniciou o caminho direto (ou *direito*) da Misericórdia ao São Bento, unindo dois dos morros principais com ocupação urbana, marcada sobretudo pela presença de igrejas da recém-fundada cidade.

Se a primeira Ermida edificada, em honra a Nossa Senhora do Ó, não subsistiu à passagem do tempo, dela não restando sequer vestígio de localização, as demais igrejas deixaram uma marca no tempo e conseqüentemente na História, testemunhando sua permanência em meio ao crescimento da cidade e à intensificação do papel da Rua Primeiro de Março como importante artéria para o trânsito e para o fluxo de pedestres, mesmo com o eixo da devoção popular tendo migrado para outras igrejas, incluindo-se a edificação da nova Catedral Metropolitana e a da imponente igreja de Nossa Senhora da Candelária, nas proximidades da Rua Primeiro de Março.

A priori há uma questão que passa pela denominação (toponímia) de um arruamento como “Rua Direita” nas cidades coloniais de matriz portuguesa, pois segundo Thomas Ewbank, em obra publicada em 1856 em Nova York (*apud Monteiro, op. cit.*), é possível associar essa prática à devoção católica relacionada ao descrito nos Atos dos Apóstolos (cap. 9:11ss.), episódio no qual se descreve que, após sua conversão, Saulo de Tarso, agora Paulo, fica em uma casa na Rua Direita, e ao discípulo Ananias é ordenado ir à Rua Direita, em Damasco, para ver e curá-lo. Esta rua, com o mesmo nome, ainda existe na cidadela da capital da Síria, na qual se localiza o Arco Romano e duas mesquitas, e próxima à qual fica a Igreja de Santa Maria.

Graças ao depósito de aluvião entre os morros da Misericórdia e de São Bento foi possível o aterramento da várzea e a edificação do lado próximo ao mar do “caminho de Manuel de Brito”, que viria a tornar-se a “Rua Direita da Misericórdia ao São Bento”; tendo *Direita* o mesmo valor semântico de *Direta*, sendo uma rua cujo traçado acompanhava o recorte da costa.

Não tardaram a ser erguidas na Rua Direita suas primeiras igrejas, com destaque à Capela da Cruz dos Militares, próxima ao Convento e Igreja carmelita e à Ermida de Nossa Senhora do Ó, da qual não restou vestígio. Como de hábito nas cidades coloniais de matriz portuguesa, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada sob a égide da fortificação militar e da igreja. A primeira edificação religiosa foi erigida na sequência da fundação da cidade, no alto do Morro de Santo Antonio, sendo entregue aos frades franciscanos.

A Igreja foi elevada a catedral em 1636, tornada sé da recém-criada prelazia de São Sebastião do Rio de Janeiro, lá funcionando também o Cabido até 1734, quando se instalou na Igreja de Santa Cruz dos Militares, na então Rua Direita. A Igreja da Cruz dos Militares surgiu sucedânea a um fortim de madeira existente para a defesa da várzea, tendo havido um pedido dos militares para que nela fossem sepultados seus restos mortais. Jorge Mitidieri data de 1623 a construção do fortim de madeira (Mitidieri, 2011), não precisando a data de sua destruição.

No século XVIII com a necessidade de obras na Catedral, até então localizada no Morro do Castelo, o Bispo solicitou aos militares que a Sé fosse transferida para a Capela da Santa Cruz, tendo em 1734 ocorrido a instalação do Cabido na Capela, então convertida temporária e provisoriamente em Catedral. Desde o início o convívio entre os Padres e os militares não foi amistoso. Os militares entendiam que a Igreja Catedral lhes pertencia, e como consequência disso os padres não mais podiam celebrar missas na Capela da Santa Cruz. Ao final de três anos e meio, a Catedral e o Cabido transferiram-se para a Igreja de N. Sra. do Rosário e S. Benedito dos Homens Pretos.

A Igreja tem três altares, com o principal sendo ocupado pela Cruz sobre o monte do Calvário, abaixo do qual há uma imagem de N. Sra. da Piedade. Logo abaixo há a imagem do Senhor Desagravado, devoção peculiar desta Igreja, oriunda de um episódio ocorrido nas obras de restauração da Igreja, de 1845, quando um operário blasfemou contra a imagem de Jesus e afirmou não temer nada, pois aquilo não era se não uma imagem de madeira e gesso, e que só creia se morresse às 15 horas daquele dia. Às 15 horas, caiu do andaime em crise convulsiva. Em razão disso, o bispo ordenou celebrar uma missa em desagravo ao Senhor, na qual o operário pediu perdão de joelhos. Desde então, a missa mensal do Desagravo, com procissão interna é uma tradição da Igreja.

O projeto original, em estilo barroco jesuítico, é do Engenheiro Militar José Custódio de Sá, tendo a Igreja passado por uma reconstrução, em 1850, dez anos após o incêndio que a destruiu quase que totalmente. Em 1914 ela passou por uma reforma, sua decoração interna é tardo-barroca.

Como espaço simbólico religioso, tendo igrejas importantes e com o comércio começando a expandir, a Rua Direita atraiu também a presença da Coroa Portuguesa, com o estabelecimento do Paço na então casa do Governador-Geral em 1698, usado para esse fim até 1743. Esta era a fundação da denominação da praça vizinha como Terreiro do Palácio ou, como o povo passou a lhe denominar, “Terreiro do Paço”⁴. O Paço localizava-se no terreno até então partilhado entre os Armazéns do Rei e a Casa da Moeda, na Rua da Misericórdia, voltado para o mar. Até 1815, a Casa da Moeda ocupou parte do andar térreo desse edifício, quando foi então transferida para a Rua Larga, esquina com Avenida Central, atualmente Av. Marechal Floriano com Av. Rio Branco.

A RUA DIREITA E SUAS IGREJAS

A chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, levou a um reordenamento no entorno da Rua Direita. Com o estabelecimento do Príncipe Regente no Palácio do Vice-Rei e sendo desalojados os frades carmelitas de parte do Convento para que fosse ali instalada a Rainha-Mãe, D. Maria, e suas acompanhantes, o que implicou em uma nova transferência da Sé, desta vez para a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em frente ao Paço, uma vez que o Príncipe Regente e a Rainha “não deveriam frequentar uma igreja de escravos e ex-escravos”, como registram alguns documentos da época.

Ao lado do Convento existia a Capela de Nossa Senhora do Carmo, transformada em Capela Real. Essa capela localizava-se onde havia uma Ermida, dedicada a Nossa Senhora do Ó, em 1590, quando da abertura da Rua Direita. Em 13 de junho de 1808 a Capela foi elevada a Catedral da Sé do Rio de Janeiro, pondo fim, temporariamente, a uma peregrinação de mais de setenta anos. Somente no Reinado de D. Pedro I (1822-1831) é que as obras da Catedral foram finalizadas.

O edifício, de estilo barroco jesuítico, imitando a Igreja de N. Sra. do Carmo da cidade do Porto, Portugal, e possui seis altares laterais, dedicados a S. Sebastião, N. Sra. da Conceição, S. João Batista, Sagrada Família, Sagrado Coração de Jesus e N. Sra. das Cabeças, com a imagem de N. Sra. do Carmo no altar principal sob o crucifixo. Em seu interior encontra-se uma urna com os restos mortais de Pedro Álvares Cabral, trazidos ao Brasil em 1903.

Na inauguração da Rua Sete de Setembro para permitir o abastecimento de água ao chafariz do Largo do Paço (atua Praça XV de Novembro), o edifício da Catedral não sofreu nenhuma

⁴ É curioso recordar que este imóvel foi mandado construir pelo Conde de Bobadela em 1738, o qual, após sua morte, deu seu nome à Rua Direita de Vila Rica.



interferência estrutural, pois se construiu um passadiço entre a Catedral e o Palácio, pelo qual transitavam os integrantes da Corte para assistir aos ofícios religiosos.

A Igreja conta com uma fachada com três portas e três janelas com vitrais na parte do coro. Há uma imagem de S. Sebastião esculpida em mármore branco, havendo uma imagem de N. Sra. da Conceição esculpida em bronze. Atualmente, após as várias reformas e restaurações pelas quais passou, a Igreja, que deixou de ser Catedral no final da década de 1970, apresenta fachada eclética.

A Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo foi estabelecida no Rio de Janeiro em 1648, tendo sido decidida em 1661 a construção de uma igreja própria, concluída em 1669. É separada da Igreja do Carmo por um corredor particular, com arcadas. Sua fachada é em granito, no estilo da arquitetura portuguesa. Possui duas torres. E em seu altar principal, junto à imagem de N. Sra. do Carmo, encontram-se imagens de Sta. Teresa de Jesus e de Sta. Emerenciana que, segundo a hagiografia cristã, seria bisavó materna de Jesus.

Dado o crescimento dos fiéis e do patrimônio da irmandade, em 31 de janeiro de 1752 obtiveram a permissão para a construção de uma igreja maior, sendo trazido de Portugal o mármore para sua edificação. Divergências com os carmelitas, que estavam incomodados com o tamanho da Igreja da Ordem Terceira, retardaram a finalização da obra, que necessitou da intervenção do Governador do Rio de Janeiro, o Conde de Bobadela, e somente foi concluída em 1770. Várias alegações foram dadas pelos carmelitas para que a Igreja da Ordem Terceira não rivalizasse com a Igreja conventual, sobretudo a de que a altura à qual chegava a Igreja da Ordem Terceira prejudicava o coro da Igreja do Convento.

O frontispício da Igreja é de pedra, em estilo barroco; ostentando no topo um crucifixo em metal, abaixo do qual existe um emblema da Ordem do Carmo. O mesmo (três estrelas douradas sobre campo azul, encimadas por uma coroa real) se repete no arco cruzeiro. A talha da Igreja é bastante rica, e os sete altares da Igreja representam Jesus em passos da Paixão, com o Cristo na Cruz presente no altar-mor.

Entre esta Igreja e a do Carmo existe um corredor, fechado por dois portões de ferro, corredor que liga a Rua do Carmo à Primeiro de Março. Junto ao portão da Rua do Carmo, existe uma réplica da imagem de N. Sra. da Boa Esperança, cujo original se encontra na sacristia da Igreja. O projeto original é datado de 1775 e é do Mestre Manuel Alves Setúbal, e o projeto das torres, de Manuel Joaquim de Mello Corte Real.



A Rua Direita tornou-se ponto de partida para os *sertões*⁵ do Rio de Janeiro, onde os jesuítas haviam estabelecido seus engenhos de açúcar: São Cristóvão, Engenho Velho, Engenho Novo, Engenho de Dentro e as mais distantes São Tiago de Inhaúma, Nossa Senhora da Conceição de Irajá, Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande e São Salvador de Guaratiba (Monteiro, *op. cit.*).

Deste modo, considerando especialmente o chamado *Caminho de Capeuruçu* (atual Rua da Alfândega), que ligava a área na qual se circunscrevia o aglomerado urbano aos engenhos mencionados, pode-se afirmar que a Rua Direita definia o que era o centro da cidade. O ponto a partir do qual a cidade se irradiava e crescia era a Rua Primeiro de Março e seu entorno como um efetivo Centro da Cidade.

Se o Rio de Janeiro só adquire importância dentro do mapa geopolítico do Império Português a partir do século XVIII, face à descoberta do ouro na Capitania das Minas Gerais (integrante da Repartição do Sul, da qual o Rio de Janeiro era a capital), esta importância reflete-se quase que imediatamente na Rua Direita. Pois para ela deslocou-se a Catedral, que passou a funcionar primeiramente na Igreja de Santa Cruz dos Militares e, do século XIX à década de 1970 na Igreja de N. Sra. do Carmo e a sede do poder régio, com a Casa do Governador-Geral sendo convertida em Casa do Vice-Rei.

Outras edificações ligadas ao poder real rapidamente foram erguidas, como o pelourinho e a Casa de Correção e Cadeia, fazendo com que o terreno vizinho à casa do Vice-Rei fosse chamado também de Terreiro da Polé.

Essa força atraiu à sua vizinhança ao longo do século XVIII, na malha quase perfeitamente hipodâmica que havia nas ruas do Centro do Rio de Janeiro, estabelecimentos comerciais e de ofício de Estado, assim como lazer, destacando-se a Câmara e a Casa (ou Teatro) da Ópera de Manuel Luís.

SÉCULO XIX, O APOGEU DE UMA RUA

Como já apontamos, o século XVIII cristaliza a importância da Rua Direita: além dos deslocamentos de comércio e poder para ela, o Cabido ficou por três anos na Igreja de Santa Cruz

⁵ Por *sertões* eram designadas as áreas afastadas da várzea e dos morros que balizaram a fundação da Cidade, nas quais foram estabelecidos engenhos, tendo originalmente áreas de mata a ser desbravadas e conquistadas.



dos Militares, mudando-se em 1737 para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito (dos Homens Pretos), onde ficou até 1808. Vale recordar que o consistório dessa Igreja foi ocupado pelo Senado da Câmara a partir de 1809, quando deixou o imóvel que ocupava desde meados do século XVIII até 1780, na esquina com a Rua do Mercado, cedido pelos Teles de Menezes. O incêndio desse prédio fez com que o Senado da Câmara – a antiga Casa de Vereanças – passasse a ocupar imóveis alugados.

A expulsão dos jesuítas em 1760 fez com que o Colégio, na Ladeira da Misericórdia, fosse desapropriado e, embora fosse remodelado para servir de residência aos vice-reis, foi destinado a servir ao Hospital Militar.

Perpassando as muitas alterações geográficas, sócias, políticas, culturais e religiosas, com a vinda da Família Real portuguesa, cuja chegada ao Brasil se deu no início de 1808 – em 21 de janeiro em Salvador, e em 7 de março no Rio de Janeiro, a mudança não se tratava apenas de estabelecer um eixo de poder na cidade ou mesmo na capital do Vice-Reino, mas sim em transformar a cidade na capital do Reino do um império ultramarino. Não mais vice-reis, mas o próprio Rei se fazia presente no Rio de Janeiro, muda-se a condição política da cidade e com isso, muda-se os quadros mentais da sociedade.

O amplo programa trazido pela presença da Corte impôs reformas políticas, econômicas, culturais, sociais e arquitetônicas no Rio de Janeiro, mas, em um primeiro momento, não apenas não deslocou como confirmou o entorno do Largo do Paço como centro de poder.

Dentre essas mudanças podem ser registradas a transformação do Palácio dos Vice-Reis em Paço Real, condição que manteve até 1822, com a Independência; a cessão da parte do Convento do Carmo fronteira ao Largo para residência da Rainha D. Maria e de suas acompanhantes e damas e a elevação da Igreja do Carmo a Capela Real, com prerrogativas de Catedral. Os prédios do Tribunal da Relação e da Cadeia foram destinados à ocupação pela criadagem da Família Real.

Os edifícios no entorno do Largo do Paço mantinham sua tipologia portuguesa, nada obstante sua elevação de status, especialmente após 1815, quando o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido ao de Portugal e Algarves. Tal tipologia apresentava sobriedade estilística e uma preponderância das edificações religiosas sobre as civis.

No Largo do Paço o destaque, era o chafariz construído pelo Mestre Valentim, em 1789, também de grande parte da talha da Igreja da Ordem Terceira do Carmo. Esta construção, eminentemente utilitária, tornou-se ponto de convergência para a população que circulava na região.

Nota-se o esforço em reproduzir no Largo do Paço do Rio de Janeiro o mesmo traçado urbanístico e arquitetônico da Praça do Comércio de Lisboa, tendência que se vinha observando desde meados do século XVII e que foi acentuada após a chegada da Corte, como se vê na figura 2, que revela a semelhança de partido e implantação entre os projetos.



Fig. 2 – Comparativo entre a Praça do Comércio de Lisboa e o Largo do Paço, no Rio de Janeiro.

A instalação do Banco do Brasil e dos Correios no trecho próximo ao sítio no qual se construiu a Igreja de Nossa Senhora da Candelária, ao norte do qual se estabeleceram o arsenal e a guarnição navais, onde atualmente situa-se o comando do I Distrito Naval, são os marcos mais expressivos do patrimônio arquitetônico construído após a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil.

Foi em 1870 que a Rua Direita teve seu nome mudado para Rua Primeiro de Março, em homenagem ao fim da Guerra do Paraguai, data que coincide com o aniversário de fundação da Cidade do Rio de Janeiro em 1565.

Se o mais bem preservado conjunto arquitetônico da Rua Primeiro de Março e arredores data dos séculos XVIII e XIX, o advento da República no final do século XIX não mudou a importância da Rua, quer no aspecto da presença do poder, visto a Câmara dos Deputados localizar-se no antigo



edifício da Casa de Correção e Cadeia – reconstruído em estilo eclético pelo arquiteto Archimedes Memória, no início da Rua, quer no sentido da importância quanto à sua implantação na malha viária da cidade, tornando-se intensa via de passagem de veículos de toda sorte, especialmente transporte particular e coletivo (estes, interligando as zonas sul e central, sul e norte e central e norte da cidade), além de intenso tráfego de pedestres, não apenas trabalhadores e usuários dos bens e serviços dos arredores da Rua, como também em busca do serviço de transporte aquaviário ligando a Praça XV de novembro e a cidade de Niterói, sobretudo, mas também ligando a Praça XV e as Ilhas de Paquetá e do Governador.

A RUA PRIMEIRO DE MARÇO E OS PLANOS URBANÍSTICOS

Os diferentes planos urbanísticos que foram elaborados para o Rio de Janeiro, desde a reforma Pereira Passos, passando pelo Plano Agache, Rio Cidade e Porto Maravilha (considerando-se aqui a Rua Primeiro de Março na fímbria da influência da zona portuária da cidade) ressaltaram a importância da Rua Primeiro de Março; prestando, contudo, pouca atenção à preservação de seu multissecular patrimônio histórico e arquitetônico.

Um testemunho da convivência harmônica dessa multissecularidade da Rua Primeiro de Março pode ser apontada pela construção, na década de 1980, das torres do Centro Candido Mendes exatamente em frente ao tombado Paço Imperial e em terreno no qual se localizava o Convento dos Carmelitas, parte do qual, preservada e tombada, abriga instalações da Universidade Candido Mendes.

A parte final da Rua, próxima à Rua Dom Gerardo, no sopé do Morro de São Bento, está passando por intervenções profundas, como parte do Projeto Porto Maravilha, com a escavação de um túnel subterrâneo que ligará a Primeiro de Março à Av. Rodrigues Alves, que margeia o Porto do Rio, passando sob as instalações da Marinha do Brasil.

CONCLUSÃO

Entendemos que uma rua, não é apenas o somatório do leito carroçável e das calçadas e lojas que nela se encontram. Não é apenas tijolo, pedra, argamassa e asfalto. Uma rua há de ser percebida como um elemento vivo, pulsante, dinâmico, como uma das artérias que irrigam o tecido urbano de pessoas e bens, de cultura e, por que não dizer, de vida.



Não pretendemos entrar na questão imperiosa da necessidade da preservação. No cerne da questão reside, parece-nos a mais importante refletir sobre as razões para conservar ou restaurar. Como este espaço se torna insuficiente para o aprofundamento da discussão que envolve a dialética entre conservação e restauração do patrimônio, toma-se a citação de Roberto Fernández que diz que a “demarcação histórica do conceito de patrimônio e *corpus* monumental se entrelaça também com diferentes manifestações ou construções historiográficas em cujo trabalho se foi definindo a dimensão e caracterização desse *corpus*” (Fernández, 2008).

Embora se constituindo uma importante artéria viária do Rio de Janeiro desde sua abertura, a Rua Direita (atual Primeiro de Março), mesmo tendo sediado a Catedral, não se converteu em um ponto de peregrinação para os fiéis católicos da Cidade. A Igreja de S. José, localizada no final da Av. Pres. Antônio Carlos, marcando a divisa entre esta e a Rua Primeiro de Março, atrai multidões de fiéis quando da festa do Padroeiro, enquanto que as Igrejas da Rua Primeiro de Março não atraem massas de fiéis.

Não há uma explicação razoável para isso, mesmo sendo considerados os fatores de intenso fluxo de pessoas e veículos e o uso predominantemente comercial da via. Uma hipótese a ser explorada pode ser relativa à implantação urbana das Igrejas lá localizadas. Por outro lado, esta é intimamente relacionada à história da cidade, sobretudo em seus momentos fundacionais.

É importante pensar também que neste caso específico, as mudanças da Primeiro de Março conduziram à conformação atual e, como tal, a preservação deve ser entendida como um ato cultural (Kühl, 2009). É indispensável a participação do poder público nas políticas de preservação. Para tal implementação, faz-se necessária uma vigorosa atuação das autoridades, que deve ser revestida de agilidade. Quanto a isso, Olinio Coelho pondera que “se, por um lado, o aspecto formal da proteção oferece a força de controle necessária à preservação do acervo cultural, a legislação se vai tornando ineficaz, diante de novas situações que surgem e não são previstas na legislação” (Coelho, 1992).

Certamente, essa ação previniria e evitaria o desabamento de edifícios na Rua Primeiro de Março, como os ocorridos no início da década de 2000, por absoluta falta de manutenção e preservação. Assim, mais do que um testemunho dos primeiros 450 anos da cidade, a Rua poderia ainda comportar, em suas múltiplas camadas, ao longo do seu quase um quilômetro de extensão, quem sabe, os próximos 450 anos. Isto é o que as pesquisas em andamento no âmbito do



Departamento de História e Teoria, com o apoio do Núcleo de Estudos de Arquitetura Colonial (NEAC) e do Centro de Letras e Artes (CLA) vêm buscando analisar.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2011.

_____. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio e Jorge Zahar Editor, 1987.

ALVIM, Sandra (1999). *Arquitetura Religiosa no Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (3 vols.)

BARRA, Sérgio. *Entre a Corte e a Cidade: o Rio de Janeiro nos tempos do Rei (1808-1821)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

CARLOS, Cláudio Antonio Lima. *Áreas de proteção do ambiente cultural*. S. Paulo: Edgar Blucher, 2011.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Arquitetura e documentação: novas perspectivas para a História da Arquitetura*. S. Paulo: Annablume/Belo Horizonte: IEDS, 2011.

CAVALCANTI, Lauro (org.). *Paço Imperial*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

D'ARAÚJO, Antonio Luiz (2000). *Arte no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Revan.

DE LA RIESTRAS, Pablo (2011). *Caderno de Viagem: Rio de Janeiro*. S. Paulo: BEÏ.

DEBRET, Jean-Baptiste (2013). *Caderno de Viagem [Ed. Fac Simile]*. Rio de Janeiro: Sextante.

EDMUNDO, Luiz (2000). *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis*. Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia.

ENDERS, Armelle (2008). *A história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus.

ETZEL, Eduardo (1974). *O Barroco no Brasil*. S. Paulo: Melhoramentos.

GERSON, Brasil (2000). *História das Ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores.



- MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Chico e BITTAR, William (2010). *Arquitetura no Brasil* (2 vols.). Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio.
- MITIDIERI, Jorge (2011). *Peregrinação Turística a 25 Igrejas do Centro do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor.
- MONTEIRO, Fernando (1985). *A velha Rua Direita*. Rio de Janeiro: Museu e Arquivo Histórico do Banco do Brasil.
- OLIVEIRA, Myrian A. R. de (2003). *O Rococó Religioso n Brasil e seus antecedentes europeus*. S. Paulo: Cosac & Naify.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de (1997). *Baroque: âme du Brésil*. Rio de Janeiro: Ed. Comunicação Máxima.
- SANTOS, Paulo (2008). *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/IPHAN.
- SIQUEIRA, Ricardo (2002). *Igrejas do Rio de Janeiro: História e Devoção*. Rio de Janeiro: Luminatti Editora.
- TIRAPELI, Percival (org.) (2005). *Arte Sacra Colonial*. S. Paulo: Ed. UNESP/Imprensa Oficial.
- TOLEDO, Benedito Lima de (2012). *Esplendor do Barroco Luso-Brasileiro*. Cotia: Ateliê Editorial.